



Estado do Rio de Janeiro

## Prefeitura Municipal de Valença

### DECRETO Nº. 128, DE 07 DE JULHO DE 2017.

**“Dispõe sobre permissão de uso, a título precário, de espaço Box do Mercado Municipal, e dá outras providências correlatas.”**

**LUIZ FERNANDO FURTADO DA GRAÇA**, Prefeito do Município de Valença, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais e,

**CONSIDERANDO** o art. 105 da Lei Orgânica do Município, o qual permite o uso, mediante permissão ou concessão, de bens municipais, a título precário e por tempo determinado ou indeterminado, conforme o interesse público o exigir;

**CONSIDERANDO** que a permissão de uso poderá incidir sobre qualquer bem público, a título precário, por ato unilateral do Prefeito, através de decreto;

**CONSIDERANDO** o atendimento ao interesse público em atender a população valenciana, movimentando o comércio do Município de Valença;

**CONSIDERANDO** que se trata de permissão de uso precária, revogável a qualquer momento e focada exclusivamente no interesse público, a qual eleva o Mercado Municipal como um elemento de dinamização econômica e social do Município;

**CONSIDERANDO** os termos dos processos administrativos nº0001577/17;

### DECRETA

**Art. 1º** - Fica autorizada a outorgada de permissão de uso em favor de **Rejane de Oliveira Souza**, portador do CPF nº. 032951867-40e ID nº. 09777358-4 do Box nº. 71, da parte interna, do Mercado Municipal de Valença, localizado na Rua Coronel Benjamim Guimarães nº. 195, nesta cidade.

**Parágrafo único:** A permissão de uso de que trata o presente artigo será feita por meio de Termo respectivo, tendo como atividade principal o comércio e/ou prestação de serviços.

**Art. 2º** - A permissão de que trata o artigo anterior será feita mediante as seguintes condições:

**I** – que a conservação e manutenção do espaço Box fiquem a cargo exclusivo do permissionário;

**II** – que o imóvel ora permitido não tenha sua finalidade desvirtuada;

**III** – que todas as edificações e benfeitorias que a permissionária executar no imóvel ora permitido a ele ficarão incorporadas, sem qualquer direito a indenização ou reposição durante ou no final da vigência da presente permissão;

**IV** – que esta permissão dar-se-á pelo prazo de 05 (cinco) anos contados da data de celebração do contrato;



Estado do Rio de Janeiro

## Prefeitura Municipal de Valença

**V** – que findo o prazo estabelecido no inciso anterior, o imóvel deverá ser devolvido à Municipalidade nas mesmas condições e que recebeu ressalvada a hipótese do aceite mútuo de prorrogação da permissão;

**VI** – que a prorrogação de que trata o inciso anterior há de ser requerida pela permissionária, através de processo administrativo, no ano anterior àquele em que se findar a permissão e será feita, com ou sem modificações em suas cláusulas e condições, por iguais períodos, respeitadas as disposições deste Decreto;

**VII** – que a permissão de uso de que trata este Decreto é feita *intuitu personae* e em consequência disto, o permissionário não poderá doar, vender ou arrecadar direitos provenientes deste ato a nenhuma pessoa natural ou jurídica;

**Art. 3º** - A violação do previsto no artigo anterior será causa de revogação imediata da permissão ora outorgada.

**Art. 4º** - A presente permissão de uso do Box, a título precário, poderá ser cancelada a qualquer momento por interesse público relevante e/ou por descumprimento das condições estabelecidas neste Decreto pela permissionária, retornando o imóvel ao Município com todas as benfeitorias, sem qualquer indenização seja a que título for.

**Parágrafo único:** Em caso de descumprimento das condições estabelecidas neste Decreto, o permissionário será notificado para desocupar o imóvel no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento.

**Art. 5º** - Fica estabelecido o valor correspondido a 0,2000 do valor da UFIVA-Unidade fiscal de Valença por metro quadrado ao permissionário (a), como pagamento mensal pela permissão, a ser recolhido na coordenadoria de tesouraria desta Prefeitura, com vencimento dia 30 de cada mês, com cinco dias de tolerância, 10% de multa e 1% de juros de mora ao mês.

**Art. 6º** - O permissionário (a) ficará responsável pelo pagamento das obrigações tributaria sócias e trabalhistas e demais taxas de luz, água, telefone, etc., que venha utilizar na sua atividade.

**Art. 7º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 07 de julho de 2017.

**Luiz Fernando Furtado da Graça**  
Prefeito